

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

www.epl.gov.br
institucional@epl.gov.br



Julho/2021

Em conformidade com o art. 8º, inciso I e VIII, da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, o Conselho de Administração subscreve a presente Carta Anual sobre Políticas Públicas e Governança Corporativa referente ao exercício social de 2020.

CNPJ: 15.763.423/0001-30

Sede em Brasília - DF, no seguinte endereço: Edifício Parque Cidade Corporate - Torre C, SCS Quadra 9, Lote C, 7º e 8º andares.

CEP: 70308-200

Tipo de estatal: Empresa Pública

Acionista controlador: União, por meio do Tesouro Nacional

Tipo societário: Sociedade Anônima

Tipo de capital: Fechado

Abrangência de atuação: Nacional

Sector de atuação: Infraestrutura, pesquisa, tecnologia da informação e logística.

Diretor de Gestão: Marcelo Guerreiro Caldas – Telefone: 3426-3727

E-mail: marcelo.caldas@epl.gov.br

Audidores Independentes atuais da empresa: Taticca Auditores Independentes S.S.

CONSELHEIROS DE ADMINISTRAÇÃO SUBSCRITORES DA CARTA ANUAL

Natália Marcassa de Souza
290.513.838-60

Marcello da Costa Vieira
021.332.167-07

Diogo Piloni e Silva
726.683.001-00

Martha Seillier
005.397.141-86

Fábio Hideki Ono
214.000.388-80

ADMINISTRADORES SUBSCRITORES DA CARTA ANUAL

Arthur Luis Pinho de Lima
Diretor-Presidente
180.777.568-24

Rafael Antônio Cren Benini
Diretor de Planejamento
223.011.918-42

Marcelo Guerreiro Caldas
Diretor de Gestão
807.957.061-20

INTERESSE PÚBLICO SUBJACENTE ÀS ATIVIDADES EMPRESARIAIS

A Empresa de Planejamento e Logística S. A. (EPL) é uma empresa estatal constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, com personalidade jurídica de direito privado, com base na Lei nº 12.404, de 04 de maio de 2011 (alterada pela Medida Provisória nº 576, de 15 de agosto de 2012, convertida na Lei nº 12.743, de 19 de dezembro de 2012). Atualmente vinculada ao Ministério da Infraestrutura (MInfra), iniciou suas operações em 2012.

Com as atividades que desenvolvemos, atendemos ao interesse coletivo de prestar serviços na área de projetos, estudos e pesquisas destinados a subsidiar o planejamento da logística e dos transportes no País.

POLÍTICAS PÚBLICAS

Detalhadas abaixo, nossas atividades contribuem com a Política Nacional de Transportes promovendo o planejamento de longo prazo e a concessão de ativos de infraestrutura, além de desenvolver ferramentas de apoio à decisão para a implantação e a gestão de infraestrutura e de transportes.

Contribuímos ainda, com objetivos de políticas públicas voltadas à redução das desigualdades regionais, especialmente daquelas que tenham por finalidade estimular o desenvolvimento do sistema logístico nas Regiões Norte e Nordeste e em outras áreas territoriais abrangidas pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

Os projetos desenvolvidos vinculam-se ao interesse público que justificou a criação da companhia e ao objeto social da companhia.

Planejamento de Infraestrutura de Transportes

Base do sistema de Planejamento Integrado de Transportes adotado pelo Ministério da Infraestrutura, o Plano Nacional de Logística (PNL) é elaborado com a melhor tecnologia disponível, indica os empreendimentos e investimentos necessários para otimizar a infraestrutura nacional durante período determinado.
Estruturação de Projetos para Concessão

Coordenamos a elaboração dos estudos técnicos de projetos destinados a concessões e arrendamentos de portos, ferrovias e rodovias. Concluídos os estudos, prestamos apoio ao Ministério da Infraestrutura e às agências reguladoras ao longo de todo o processo até a realização do leilão correspondente.

Facilitamos a articulação institucional entre as partes envolvidas no programa de concessões e asseguramos a qualidade dos estudos técnicos. Contribuímos, assim, para dar maior segurança jurídica aos investidores que venham a participar do esforço nacional de expandir e modernizar a infraestrutura de transportes do País.

Somos também responsáveis pela gestão e licenciamento ambiental de projetos de infraestrutura logística. As licenças obtidas pela EPL viabilizam obras de manutenção, melhoria de capacidade, restauração ou instalação de novos empreendimentos. Contribuímos assim para aumentar a atratividade dos projetos, diminuindo os riscos associados às concessões.

Estudos e Ferramentas de Apoio à Decisão

Desenvolvemos e mantemos ferramentas de apoio à decisão para a implantação e a gestão de infraestrutura e de transportes. Mantemos e aperfeiçoamos constantemente o Observatório Nacional de Transporte e Logística (ONTL), um sistema de informações que subsidia a elaboração de estudos, diagnósticos, painéis analíticos gerenciais, portais de dados, visualizadores de mapas e dados espaciais.

METAS RELATIVAS AO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES QUE ATENDAM AOS OBJETIVOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A seguir, as metas definidas para o exercício de 2020:

Projeto	Meta	Concluído
Planejamento de Infraestrutura de Transportes	Conclusão do PNL 2035	Meta não concluída. Em coordenação com a SFPP a conclusão do projeto foi adiada para o primeiro semestre de 2021.
	Rodoviária	5 BR-153/080/414/GO/TO, entre as cidades de Anápolis (GO) e Aliança do Tocantins (TO) BR-163/230, entre Mato Grosso e Pará BR-381/262/MG/ES (Belo Horizonte/MG - Governador Valadares/MG - Viana/ES) BR-116/101/SP/RJ Rodovia Presidente Dutra BR-116/493/RJ/MG
	Portuária	22 ATU12, Aratu-Candeias/BA ATU18, Aratu-Candeias/BA MAC10, Maceió/AL PAR12, Porto de Paranaguá, PR PEL01, Porto de Pelotas/RS MCP02, Porto de Santana/AP MUC01, Porto de Mucuripe/CE TERSAB, Porto de Areia Branca/RN STS 08 no Porto de Santos (SP)

Portuária	22	STS 08 A no Porto de Santos (SP)
		IQI 03, Porto de Itaqui/MA
		IQI 11, Porto de Itaqui/MA
		IQI 12, Porto de Itaqui/MA
		IQI 13, Porto de Itaqui/MA
		VDC10, Porto de Vila do Conde/PA
		VDC10A, Porto de Vila do Conde/PA
		MUC59, Porto de Mucuripe/CE
		PAR32, Porto de Paranaguá/PR
		PAR50, Porto de Paranaguá/PR
		MAC11, Porto de Maceió/AL
		MAC12, Porto de Maceió/AL
		MAC13, Maceió/AL

RECURSOS PARA CUSTEIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Os recursos empregados pela companhia não se destinam a custear políticas públicas diretamente, mas as atividades desempenhadas contribuem para permitir que outros órgãos, notadamente o MInfra, atinjam seus objetivos.

Nos termos da legislação, a companhia é dependente do Tesouro Nacional. No exercício de 2020, recebemos a título de subvenção o valor total de R\$ 38.673.873 (trinta e oito milhões, seiscentos e setenta e três mil, oitocentos e setenta e três reais), e o montante no valor total de R\$ 26.527.763 (vinte e seis milhões, quinhentos e vinte sete mil, setecentos e sessenta e três reais) em Adiantamento para Futuro Aumento de Capital.

Ainda que recebendo subvenção do Tesouro Nacional, buscamos reduzir a dependência, e desde o exercício de 2019 passamos a buscar ativamente novas oportunidades de gerar receita.

Em 2020, utilizamos recursos próprios para o custeio das nossas operações, no montante total de R\$ 4.524.445,31.

IMPACTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS DA OPERACIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Os recursos empregados pela companhia não se destinam a custear políticas públicas diretamente, mas as atividades desempenhadas contribuem para permitir que outros órgãos, notadamente o MInfra, atinjam seus objetivos.

Nos termos da legislação, a companhia é dependente do Tesouro Nacional. No exercício de 2020, recebemos a título de subvenção o valor total de R\$ 38.673.873 (trinta e oito milhões, seiscentos e setenta e três mil, oitocentos e setenta e três reais), e o montante no valor total de R\$ 26.527.763 (vinte e seis milhões, quinhentos e vinte sete mil, setecentos e sessenta e três reais) em Adiantamento para Futuro Aumento de Capital.

Ainda que recebendo subvenção do Tesouro Nacional, buscamos reduzir a dependência, e desde o exercício de 2019 passamos a buscar ativamente novas oportunidades de gerar receita.

Em 2020, utilizamos recursos próprios para o custeio das nossas operações, no montante total de R\$ 4.524.445,31.

COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES

Ao final do exercício consolidamos nossa atuação como parceiro preferencial do planejamento e desenvolvimento da infraestrutura nacional de transportes. Reafirmamos, também, nosso compromisso com nossos valores e com a sociedade brasileira.

2020 foi um ano de muitos desafios e de grandes sucessos. Mesmo com as restrições advindas da pandemia de COVID-19, avançamos na elaboração do Plano Nacional de Logística (PNL) 2035 e atendemos com maior eficiência às demandas imediatas de estruturação de projetos para concessão, com a conclusão dos estudos relativos a 27 empreendimentos. Transferimos uma licença ambiental a empresa concessionária, e obtivemos outras quatro licenças prévias que darão maior segurança aos investidores participantes de leilões futuros.

A nossa atuação nos estudos de estruturação relativo aos empreendimentos citados, quando concedidos, gerarão investimentos em infraestrutura, outorgas e empregos (diretos e indiretos).

Seguimos, ainda, com as negociações para expandir nossa carteira de clientes. Fomos contratados pela Autoridade Portuária de Paranaguá e Antonina para elaborar seu Plano de Desenvolvimento e Zoneamento, e estamos formalizando o contrato para a elaboração de Diagnóstico Logístico para o Governo do Estado do Mato Grosso do Sul.

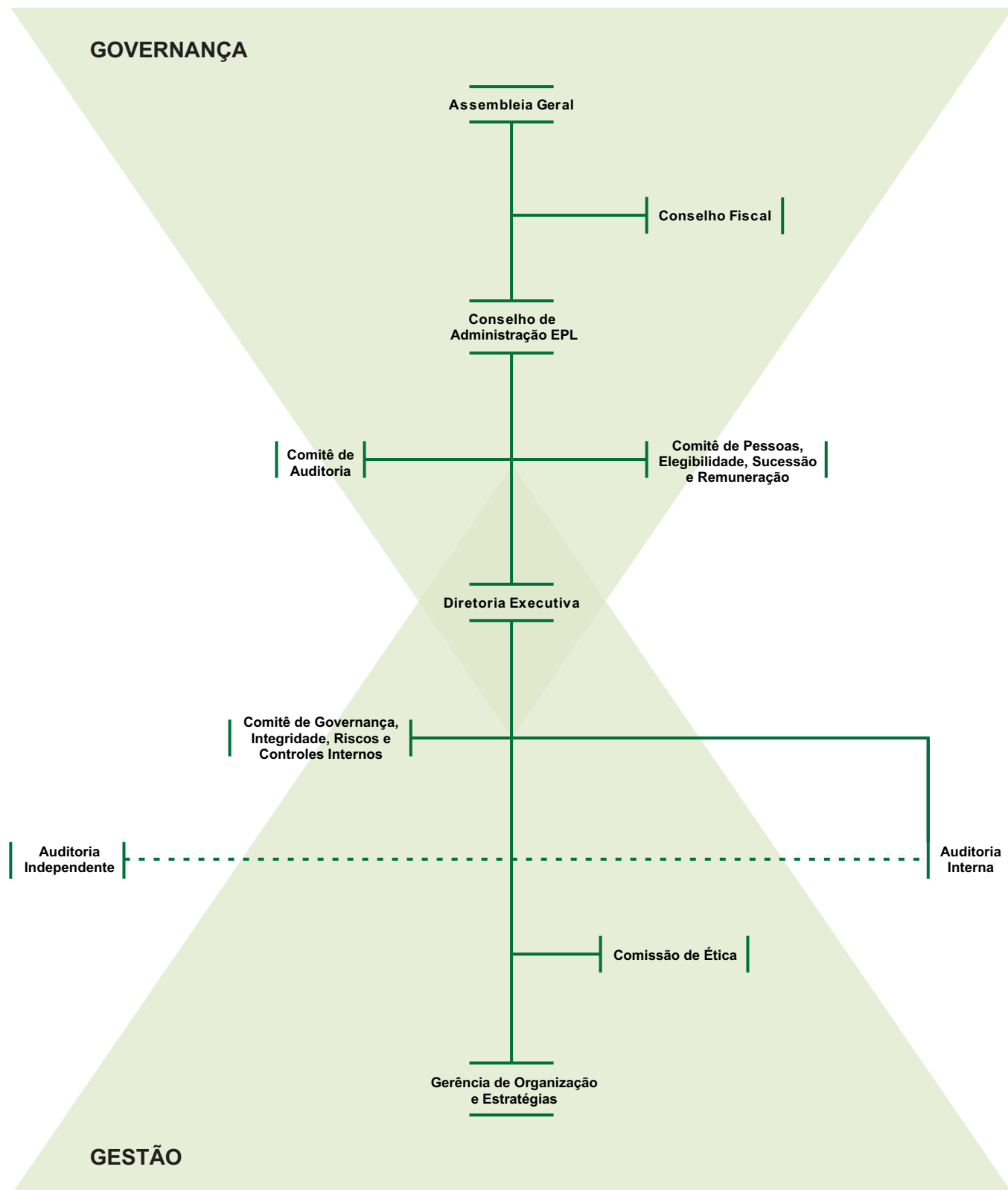
Destaca-se no período a redução da necessidade de recursos do Tesouro Nacional em 15,78%. A redução deve-se, principalmente, à utilização de recursos próprios para custeio de suas operações.

ESTRUTURAS DE CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Nossa estrutura de governança reflete as melhores práticas existentes, com as devidas adaptações à realidade da companhia. Na defesa do interesse público, vamos além do que exige a legislação, nossos esforços para assegurar lisura e transparência no emprego dos recursos públicos a nós confiados.

O compromisso da Alta Administração com a governança vem angariando reconhecimento. Mantivemos no nível 2 na avaliação periódica realizada pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, e estamos confiantes de que chegaremos ao Nível 1 no próximo ciclo. Na avaliação do Tribunal de Contas da União, o IGG-TCU, pretendemos evoluir em 2021 do nível intermediário (resultado de 2018) para o nível aprimorado.

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA



REMUNERAÇÃO

A remuneração de administradores não está vinculada ao atendimento das metas e dos resultados na execução do plano de negócios e estratégia de longo prazo.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Atuamos, em 2020, nos estudos de estruturação de 36 projetos entre portos, ferrovias e rodovias para concessão.

Rodovias

BR-153/080/414/GO/TO, entre as cidades de Anápolis (GO) e Aliança do Tocantins (TO)

BR-163/230, entre Mato Grosso e Pará

BR-381/262/MG/ES (Belo Horizonte/MG – Governador Valadares/MG – Viana/ES)

BR-116/101/SP/RJ Rodovia Presidente Dutra

BR-116/493/RJ/MG

Rodovias Integradas do Paraná

4 mil quilômetros de rodovias federais e cortam oito estados.

BR-040/DF/GO/MG, entre as cidades de Brasília (DF) e Juiz de Fora (MG)

Portos

MAC10, Maceió/AL

PEL01, Porto de Pelotas/RS

MCP02, Porto de Santana/AP

MUC01, Porto de Mucuripe/CE

TERSAB, Porto de Areia Branca/RN

STS 08 no Porto de Santos (SP)

STS 08A no Porto de Santos (SP)

IQI03, Porto de Itaqui/MA,
IQI11, Porto de Itaqui/MA,
IQI 12, Porto de Itaqui/MA,
IQI 13, Porto de Itaqui/MA,
VDC10, Porto de Vila do Conde/PA
VDC10A, Porto de Vila do Conde/PA
MUC59, Porto de Mucuripe/CE
PAR32, Porto de Paranaguá/PR
PAR50, Porto de Paranaguá/PR
MAC11, Porto de Maceió/AL
MAC12, Porto de Maceió/AL
MAC13, Maceió/AL
MAC 14, Maceió/AL
SUAPE PE (SUA07)
Porto de Itajaí
STS11, Porto de Santos/SP
STS53
Corredor de Exportação de grãos de Paranaguá

Ferrovias

Ferrovia de Integração Centro-Oeste (FICO)

FIOL (2)

Renovação Rumo Malha Sul S.A.

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Obtivemos quatro licenças ambientais em 2020, resultado dos esforços e investimentos realizados ao longo de vários anos.

Licenciamento ambiental (Emitidas)	LP
BR 386/RS	624/2020
BR 153/GO	626/2020
BR 262/MG	639/2020
BR 116/MG	645/2020

Estudos de licenciamento ambiental para estruturação de concessões de rodovias e arrendamentos portuários

RODOVIAS	BR 381/262/MG/ES
	BR 116/465/101/SP/RJ (DUTRA)
	BR 116/493/RJ/MG (CRT)
	RODOVIAS DO PARANÁ

Estudos protocolados nos Órgãos Ambientais

EIA/RIMA da Ferrogrão
EIA/RIMA da BR 364/MT/RO
Inventário Florestal da BR 386/RS
Plano Básico Ambiental da BR 386/RS
Estudo do Componente Indígena da BR 101/BA
Estudo do componente Indígena da BR 364/060/MT/GO
Estudo de Relevância de Cavidades Naturais da BR 040/MG

PLANEJAMENTO

Avançamos na elaboração do Plano Nacional de Logística (PNL) 2035, que será concluído no primeiro semestre de 2021.

Firmamos os primeiros contratos com entidades estaduais com vistas a realizar atividades de diagnósticos da infraestrutura de transportes e plano de desenvolvimento e zoneamento portuário.

Projeto
Plano Nacional de Logística (PNL) 2035
Autoridade Portuária de PARANAGUÁ e ANTONINA
Diagnóstico Logístico do Mato Grosso do Sul

ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Nosso Conselho de Administração aprovou ao final de 2017 a Política de Gestão de Riscos e Controles Internos EPL (<https://www.epl.gov.br/politica-de-gestao-de-riscos>).

Como constado na Política, definimos as estruturas e competências do gerenciamento de riscos. Classificamos os riscos para os quais buscamos proteção e definimos as respostas aos riscos.

FATORES DE RISCO

O ano de 2020 iniciou-se com estabilidade e condições favoráveis ao crescimento da economia. Ainda no primeiro trimestre, porém, a pandemia de Covid-19 modificou este cenário e levou a retração do PIB da ordem de 5%.

A crise econômica e as dificuldades adicionais de realizar projeções para subsidiar o planejamento têm significativo impacto no setor de infraestrutura logística e de transportes. Entretanto, a premente necessidade de desenvolvimento da infraestrutura atenua o significativo impacto da crise econômica sobre o setor, que pode cumprir papel preponderante na recuperação da economia, por ser intensivo em capital e por seu forte efeito multiplicador.

O Ministério da Infraestrutura (MInfra) buscou manter em andamento as obras e o programa de concessões. O Estado não tem recursos disponíveis para prover direta e integralmente a infraestrutura necessária, de modo que o programa de concessões se afigura imprescindível.

A EPL está bem posicionada para prestar os serviços de planejamento, de estruturação de projetos e de gestão ambiental que o Ministério requer. Instituído em 2020, o Planejamento Integrado de Transportes, que contempla o Plano Nacional de Logística, os Planos Setoriais (terrestre, portuário, hidroviário e aeroviário) e o Plano Geral de Parcerias, prevê a ativa participação da companhia e cria oportunidades para expandir o portfólio de serviços prestados ao Ministério.

A expertise desenvolvida pela companhia e seu posicionamento privilegiado permitem buscar a exploração de novas oportunidades em outras esferas de governo e junto ao setor privado. Desde 2019, a EPL

vem se aproximando de potenciais clientes e parceiros para traçar uma estratégia de desenvolvimento do negócio, que já renderam os primeiros frutos.

À medida que a companhia expande sua atuação, se expõe a maiores e a diferentes riscos. Se sua natureza de empresa estatal dependente a protege de certos riscos, como por exemplo, estabilizar o fluxo de caixa, acentua outros.

A situação fiscal presente que gera as oportunidades mencionadas ao impor a aceleração do programa de concessões, pode também limitar a capacidade da companhia de executar seus projetos. A reduzida disponibilidade de pessoal leva a EPL a adotar a estratégia de apostar na qualificação de seus quadros e alavancar sua utilização com o estabelecimento de parcerias de diversas naturezas com atores externos. Otimiza-se, assim, o emprego dos recursos disponíveis, mas criam-se, por outro lado, obrigações financeiras que precisam ser atendidas. Na falta de recursos orçamentários para a contratação dos estudos, a companhia utiliza apenas parcialmente sua capacidade, e reduz-se o retorno sobre os recursos investidos em sua operação.

A Alta Administração vem atuando tempestiva e eficazmente para assegurar orçamento necessário a alocação otimizada de recursos de que a companhia dispõe. Outro fator de risco peculiar das empresas públicas é a estrutura administrativa que a legislação impõe. Os controles necessários dificultam a alocação eficiente de recursos e limitam a competitividade da companhia no mercado. As diretrizes adotadas mais recentemente no sentido de que as empresas estatais transacionem com o governo em “condições de mercado” esbarram assim em obstáculos de difícil transposição.

A EPL vem envidando esforços para manter estruturas de governança e de gestão de riscos capazes de operar eficientemente os controles incorrendo em custos cada vez menores, e sem comprometer sua eficácia.

Na concepção do Planejamento Estratégico 2021–2025, atualizaram-se a matriz de riscos e o mapeamento dos processos de gestão de riscos.

As atividades da EPL a fazem depender fundamentalmente de ativos – tangíveis e intangíveis – de Tecnologia da Informação (TI). A dependência criada, que cresce junto com o uso de dados como vantagem competitiva e apoio para tomada de decisões estratégicas, aumenta os riscos relacionados às ameaças cibernéticas e de privacidade. A estruturação e constante revisão da governança, privacidade, segurança e confiabilidade dos dados e dos ativos de TI da EPL são fundamentais à manutenção da capacidade de atuação da empresa.

Fator adicional de risco para a companhia é a decisão, já tomada, de fusão com a VALEC, outra empresa estatal vinculada ao Ministério da Infraestrutura. O evento societário, em si, não representa risco, posto que advindo da convicção do controlador de ambas as sociedades de que lhe será benéfico. Gera, no entanto, incertezas com potenciais efeitos adversos nas atividades da empresa. Podem ter impacto negativo, em especial, sobre a força de trabalho disponível e sobre os meios de que os colaboradores dependem para desempenhar suas funções.

A postura de transparência da Diretoria Executiva e a efetiva comunicação com os empregados são mecanismos para mitigar o impacto, mas a própria natureza da decisão faz com que haja risco residual a monitorar.

DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS E COMENTÁRIOS SOBRE O DESEMPENHO

Aos poucos avançamos na busca pela independência dos recursos repassados pelo Tesouro Nacional, com a comercialização dos produtos da nossa carteira de projetos.

Em 2020, obtivemos a receita líquida de R\$ 1.447.479 (um milhão, quatrocentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e setenta e nove reais).

Encerramos o exercício com resultado negativo de R\$ 7.330.302 (sete milhões, trezentos e trinta mil, trezentos e dois reais). Os prejuízos acumulados no exercício devem-se principalmente à apropriação de despesas meramente econômicas, tais como depreciação, amortização e provisões.

POLÍTICAS E PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Seguimos as boas práticas de governança corporativa e as diretrizes do Tribunal de Contas da União (Referencial Básico de Governança), da Controladoria Geral da União (Programa de Integridade e Gestão de Riscos) e da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério da Economia.

DESCRIÇÃO DA COMPOSIÇÃO E DA REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Respeitando o princípio básico de transparência, divulgamos a remuneração dos nossos administradores e Conselheiros Fiscais, de forma detalhada, no endereço eletrônico <https://www.epl.gov.br/gestao-de-pessoas>.

EPL	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Nº Total de Membros Remunerados 31/12/2020	3	5	6 (3 suplentes)
Remuneração Fixa (a+b)	R\$ 1.224.256	R\$ 406.626	R\$ 3.171,38
a) Honorários	R\$ 1.213.960	R\$ 406.626	R\$ 3.171,38
b) Benefícios diretos e indiretos	R\$ 10.296	-	-



LEITURA ONLINE

© 2021 - EPL

Empresa de Planejamento e Logística S.A.

Edifício Parque Cidade Corporate - Torre C

Via W4 Sul, Asa Sul, SCS Quadra 9,

Lote C, 7º e 8º andares

Brasília - DF - 70.308-200

www.epl.gov.br

institucional@epl.gov.br

www.epl.gov.br

institucional@epl.gov.br

